

**TERRITÓRIOS DOS SABERES: AS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS EM ALMIRANTE TAMANDARÉ,  
PARANÁ**

**TERRITORIES OF KNOWLEDGE: EDUCATIONAL  
POLICIES IN ALMIRANTE TAMANDARÉ, PARANÁ**

**TERRITORIOS DEL CONOCIMIENTO: POLÍTICAS  
EDUCATIVAS EN ALMIRANTE TAMANDARÉ, PARANÁ**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2020.i2.p.96-114

**Tatiana Tomal Brondani dos Santos**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Planejamento e Governança Pública  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - Campus Curitiba)  
E-mail: tatitomal@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7248-8581>

**Simone Aparecida Polli**

Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação  
em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR  
- Campus Curitiba)  
E-mail: [simonep@utfpr.edu.br](mailto:simonep@utfpr.edu.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9673-592X>

**Ricardo Lobato Torres**

Professor do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica  
Federal do Paraná (UTFPR, Campus Curitiba)  
E-mail: [rltorres@utfpr.edu.br](mailto:rltorres@utfpr.edu.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2439-4775>

**RESUMO**

Políticas públicas podem se tornar mais efetivas e possibilitar a construção de uma sociedade mais justa se considerarem a dimensão espacial em seus planejamentos. O desenvolvimento dos sujeitos, por meio de uma educação integral, compreende o território enquanto espaço privilegiado de aprendizagens. Nesse contexto, o objetivo principal deste artigo é apresentar a organização das políticas educacionais numa perspectiva territorial no município de Almirante Tamandaré, Paraná. A pesquisa foi construída em uma perspectiva interdisciplinar, pela articulação de concepções advindas da educação e dos estudos territoriais, por meio das categorias território, espaço, apropriação social e pertencimento. Os dados, de caráter qualitativo, foram coletados por meio de um estudo de caso realizado através de uma pesquisa participante. Observou-se que a organização dos Territórios dos Saberes nesse município levou em consideração a organização dos diferentes poderes existentes, aspectos geográficos, culturais, migratórios, históricos, econômicos e de mobilidade urbana. Como resultados já se percebe, apesar do curto espaço de tempo, uma maior integração do processo educacional no município com maior envolvimento da sociedade civil e maior integração dos distintos saberes locais ao processo de aprendizagem do educando. Essa dinâmica visa gerar, a longo prazo, uma relação de identidade e de pertencimento local ao cidadão tamandareense.

**Palavras-chave:** Espaço; Território; Educação; Políticas Públicas

**ABSTRACT**

Public policies can become more effective and enable the construction of a more just society if they consider the spatial dimension in their planning. The integral development of the subjects, through an integral education, includes the territory as a privileged space for learning. In this context, the main objective of this article is to present the organization of educational policies in a territorial perspective in the municipality of Almirante Tamandaré, Paraná. The research was built in an interdisciplinary perspective, through the articulation of concepts arising from education and territorial studies, through the categories territory, space,



social appropriation and belonging. The data, of qualitative character, were collected through a case study carried out through a participant research. It was observed that the organization of the Territories of Knowledge in that municipality took into consideration the organization of the different existing powers, geographic, cultural, migratory, historical, economic and urban mobility aspects. As a result, despite the short time, there is already a greater integration of the educational process in the municipality with greater involvement of civil society and greater integration of different local knowledge to the student's learning process. This dynamic aims to generate, in the long run, a relationship of identity and local belonging to the citizen of the city.

**Keywords:** Space; Territory; Education; Public Policy.

## RESUMEN

Las políticas públicas pueden ser más efectivas y posibilitar la construcción de una sociedad más justa si consideran la dimensión espacial en su planificación. El desarrollo de los sujetos, a través de una educación integral, incluye al territorio como un espacio privilegiado para el aprendizaje. En este contexto, el objetivo principal de este artículo es presentar la organización de las políticas educativas en una perspectiva territorial en el municipio de Almirante Tamandaré, Paraná. La investigación se construyó en una perspectiva interdisciplinar, a través de la articulación de conceptos surgidos de la educación y los estudios territoriales, a través de las categorías territorio, espacio, apropiación social y pertenencia. Los datos, de carácter cualitativo, fueron recolectados a través de un estudio de caso realizado por medio de una investigación participante. Se observó que la organización de los Territorios del Conocimiento en ese municipio tomó en consideración la organización de los diferentes poderes existentes, aspectos geográficos, culturales, migratorios, históricos, económicos y de movilidad urbana. Como resultado, a pesar del poco tiempo, ya existe una mayor integración del proceso educativo en el municipio con una mayor participación de la sociedad civil y una mayor integración de los diferentes saberes locales al proceso de aprendizaje del alumno. Esta dinámica busca generar, a largo plazo, una relación de identidad y pertenencia local al ciudadano de la ciudad.

**Palabras clave:** Espacio; Territorio; Educación; Políticas Públicas.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação integral compreende o território enquanto espaço privilegiado de aprendizagens, não se limitando apenas à educação escolar formal. Considera que todos somos responsáveis pela educação e, assim, essa se torna um instrumento social e cultural indispensável para a coesão comunitária e pessoal. Pressupõe a construção de redes que objetivem o desenvolvimento humano integral dos sujeitos e de um conhecimento que traga em si a sustentabilidade como base da convivência entre as pessoas e o seu território. Para isso, torna-se necessário construir um plano educativo local capaz de operacionalizar a política de educação integral no território, articulando toda a sociedade nesse processo (ARRUDA; GOULART, 2017).

A implementação de políticas públicas que considerem a dinâmica espacial tende a obter maior êxito, propiciando resultados mais efetivos a população a que se destinam. Sendo assim, as noções de território devem ser consideradas como elementos centrais para a formulação das políticas públicas, possibilitando a construção de uma sociedade mais justa no Brasil (THEIS; GALVÃO, 2012). A luta por uma reorientação da educação que prime pela qualidade implica obrigatoriamente uma opção política e uma decisão, também política, de materializá-la (FREIRE, 2001).



Ressalta-se que as estruturas brasileiras de governo nas diversas esferas de poder estão, ainda hoje, organizadas por setores. No entanto, os problemas existentes na sociedade quase sempre requerem soluções que não se restringem a apenas um setor. Ou seja, os problemas não têm fronteiras dimensionais ou setoriais, no que diz respeito às ameaças ao bem-estar da sociedade. Nesse contexto as políticas transversais são cada vez mais necessárias e de difícil implementação (PATRICIO NETO et al., 2010).

Discutir atualmente política educacional e qualidade da educação em áreas urbanas exige o debate sobre essa cidade plural. Essa cidade necessita rediscutir a escola que oferta aos seus pequenos cidadãos que, por meio dela, frequentam o cotidiano da cidadania. As dificuldades da cidade para ofertar essa educação liga-se diretamente à gestão de seu território. Nesse contexto, a proposta da educação integral visa a ampliação de tempos, espaços, sujeitos e oportunidades educativas, ligando a escola e seu entorno, considerando saberes populares e comunitários no projeto pedagógico (ARRUDA; GOULART, 2017).

A territorialização da educação ocorre, portanto, com a abertura da escola para a comunidade, estabelecendo com ela novos pactos de responsabilização pela educação de suas crianças e jovens. O conceito de território educativo entende que processo educativo se confunde com um processo amplo de socialização, no qual o espaço/território passa a ser considerado como um lugar de relações de vida e não apenas uma estrutura física. Esse potencial educativo do território está diretamente relacionado com a concepção de uma Cidade Educadora (ARRUDA; GOULART, 2017).

O território precisa, então, ser compreendido como além de um conjunto dos sistemas naturais. Precisa ser entendido como uma identidade, um sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. É o chão mais a população. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002). Essa descrição de Milton Santos para o “território usado” corresponde ao território potencialmente educativo que foi tratado logo acima.

Assim observa-se que a questão espacial é um objeto complexo, que para ser adequadamente compreendido necessita da integração de suas diferentes dimensões. O espaço apresenta um laço indissociável com a sociedade que o habita (SILVANO, 2010). Ao considerar que o componente territorial e cultural é central na constituição do modelo de cidadão, recuperar a cidadania é repensar o território, a cultura e a educação (SANTOS, 2002).

Este artigo tem como objetivo principal apresentar a organização das políticas educacionais numa perspectiva territorial no município de Almirante Tamandaré, Paraná. Justifica-se pelo caráter contributivo teórico sob a perspectiva de demonstrar a importância das configurações espaciais



como motor do progresso social e da implementação de políticas educacionais que dialoguem com os territórios. A sua contribuição prática reside no fornecimento de elementos acerca da experiência prática de consideração das questões espaciais no planejamento das políticas educacionais do município de Almirante Tamandaré.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

Esta seção inicia-se com a apresentação da metodologia da pesquisa seguida dos resultados relacionados ao tema da pesquisa. Serão apresentados os conceitos de espaço, território, apropriação social e pertencimento. Em sequência abordam-se características sobre a Região Metropolitana de Curitiba. Finaliza-se com a apresentação do objeto empírico desse estudo, detalhando a organização das políticas educacionais numa perspectiva territorial no município de Almirante Tamandaré, Paraná.

### **2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para a construção dessa pesquisa, realizou-se uma abordagem qualitativa através de uma revisão de literatura com o objetivo de identificar partes específicas e relevantes de publicações sobre o tema abordado. Os autores principais elegidos para este diálogo, devido a sua relevância na área pesquisada, foram Milton Santos, Marion Segaud e Filomena Silvano, que pensam o espaço e o território em relação aos processos que os constituem e que os desmancham. Elegeram-se ainda Rosa Moura e Olga Lucia Firkowski para a explanação realizada sobre a Região Metropolitana de Curitiba, onde se insere o município estudado.

Para o objeto empírico realizou-se um estudo de caso através de uma pesquisa participante, por meio de observações e considerações provenientes da atuação de uma das autoras enquanto servidora pública no contexto estudado, o que possibilitou acompanhar processo de planejamento e coordenação da implementação da dinâmica territorial nas políticas educacionais da Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC) do município de Almirante Tamandaré, realizada pelos atuais gestores dessa secretaria.

### **2.2. O ESPAÇO**

O espaço é o objeto social com maior presença no cotidiano dos indivíduos (SANTOS, 2005). No entanto a noção de espaço não é homogênea, mensurável, independente de culturas e



tempos históricos, nem das representações que fazem dela. Ela muda no decorrer do tempo (SEGAUD, 2016). Assim, o espaço pode ser pensado de distintas formas dependendo de quem o pensa (CORRÊA, 1982).

Essa diferenciação na compreensão do espaço emerge do fato de que esse tem um valor de uso. Em uma sociedade, a acumulação de capital e a reprodução de força de trabalho projetam-se sobre o espaço. Assim, ele pode ser considerado o suporte físico sobre o qual a sociedade se organiza. Esse espaço, sob a ação humana, assume uma natureza social e assim a sua organização não é autônoma. É a ação humana que gera a organização do espaço (CORRÊA, 1982).

O espaço organizado tem uma estrutura definida pelo homem, resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao lugar de vida do homem. Já o espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade. Assim, o espaço deve ser considerado um fator e não somente um reflexo social. Pode ser denominado como uma instância da sociedade e, cada sociedade, historicamente, produzirá seu espaço como lugar de sua própria reprodução (SANTOS, 1978).

O espaço geográfico, visto enquanto espaço de moradia do homem, varia de acordo com os diferentes contextos culturais, pois é baseado na experiência vivenciada pelo homem e sua história. Pode ser conceituado em espaço absoluto, relativo e relacional, os quais não são excludentes entre si. O espaço absoluto é considerado como um receptáculo que contém as coisas. O espaço relativo é definido a partir de relacionamentos entre objetos e só existe porque esses existem e se relacionam mutuamente. Já o espaço relacional é visto como existindo nos objetos em si (CORRÊA, 1982).

Considerando que o espaço é organizado socialmente, a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares. Isto porque o espaço pode ser compreendido como um conjunto de relações sociais do passado e do presente que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978).

Assim, o espaço é indissociável da sociedade que o habita e a organização social e espacial estão profundamente interligadas. A organização material do espaço é moldada pelo grupo e esse se deixa moldar pelo espaço. As sociedades não são homogêneas e essa diferenciação social corresponde a uma diferenciação das representações do espaço (DURKHEIM, 1987 apud SILVANO, 2010). O espaço diz algo sobre a sociedade que o ocupa. Indica um estado de relações sociais e comunica, desde que saibamos interpretar (SEGAUD, 2016).

O espaço corresponde às transformações sociais feitas pelos homens. Organiza-se de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo, se tornando resultado da dinâmica sócio-espacial. Apresenta-se como uma organização histórica que considera a totalidade da vida social (SANTOS, 1979).



Nos anos 1970, Lefebvre considerava que mudar o espaço é mudar o modo de produção. Ele propôs uma nova forma de estudar o espaço, trabalhando com a produção do espaço. Para ele, observar o espaço significa observar as práticas sociais que o constituem. Assim o espaço pode ser caracterizado como percebido, concebido ou vivido, que são realidades em permanente diálogo e dependentes da sociedade. Para esse autor o espaço é vivido antes de ser percebido (LEFEBVRE, 1986 apud SILVANO, 2010).

É a construção de limites que possibilita particularizar e dar sentido ao espaço. A particularização do espaço fortalece seu papel na constituição das identidades culturais. Os limites permitem organizar, e a orientação, que situa o homem em relação ao restante do mundo, é necessária sempre que nos deslocamos no espaço (PAUL-LÉVY; SEGAUD, 1983 apud SILVANO, 2010).

O que dá sentido aos limites é o fato de poderem ser ultrapassados. Há uma tendência antropológica em se organizar, se repartir num meio ambiente, situando-se nesse em relação aos outros indivíduos no espaço. Falar de ordenamento espacial só se tornou possível quando o homem teve consciência dos possíveis efeitos da distribuição do espaço sobre os seus comportamentos (SEGAUD, 2016).

Os lugares existem de maneira concreta, material e simbólica, não são abstratos. Ler o espaço permite uma interpretação da sociedade. Ao considerar que as formas informam, pode-se afirmar que poderia se classificar espaços em função de sua organização espacial, a qual supostamente reflete a organização social. Assim, a conformação do espaço possui efeitos sobre os indivíduos que vivem ou transitam nele. Esse processo é dinâmico e complexo pois as formas sociais e espaciais são fenômenos retroativos.

Cada sociedade apresenta formas seletivas de agrupamento em um espaço compartilhado. Essa agregação de pessoas mais ou menos ligadas familiarmente reúne pessoas com interdependências além do parentesco. A habitação ultrapassa o lugar intrínseco da moradia e engloba muitas coisas além da dimensão física. Assim, habitar significa dominar um espaço, ou uma série de espaços, executando neles práticas cotidianas (SEGAUD, 2016).

A noção de habitar pode ser utilizada em um sentido mais amplo do que apenas a relação entre um indivíduo e sua habitação. Nesse contexto, a cidade pode ser considerada como um habitat e isso pode significar diferentes coisas. Somando-se a isso, o espaço urbano pode ser considerado um lugar de apropriação global. O ordenamento do espaço poderia então ser entendido como a tentativa de acompanhar essa apropriação, generalizando o acesso de todos e reduzindo-se as tensões.



## 2.3 O TERRITÓRIO

Território e espaço não significam a mesma coisa, ambos possuem diversas definições e recebem diferentes elementos. Não é possível conseguir uma definição fixa e imutável. O território pode ser considerado como antecedendo ao espaço e representa algo fixo, delimitado. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo por se tratar de um sistema de objetos e ações com uma expressão histórica e concreta da instância social. Pode-se assim afirmar que o povo ao utilizar o território cria o espaço (SANTOS, 1978).

O território é considerado uma produção social que ao considerar a dimensão política do espaço construído diferencia-se do conceito do espaço. Assim o conceito de território diferencia-se ao considerar as relações de poder entre os indivíduos (THEIS; GALVÃO, 2012).

O território é mais do que sua potencialidade enquanto riqueza natural. Ele é principalmente resultado do trabalho humano. A partir de um modo de produção específico é que se manifestam os processos territoriais. Desta forma, com o modo de produção capitalista irá se manifestar o processo de formação territorial pelo valor econômico. A formação de território dessa maneira demonstra uma acumulação de trabalho ao longo da história (MORAES; COSTA, 1982)

Pode-se dizer que o território, como recorte espacial, está contido no espaço e o espaço no território, num movimento dialético. Os elementos do espaço mudam seu papel e posição espacial no movimento do tempo histórico (SANTOS, 1985). Assim têm-se que o espaço é um híbrido composto de formas, conteúdos, funções, objetos, ações, processos e resultados (SANTOS, 2006).

O conceito de território vai além do aspecto geográfico. É dinâmico, vivo, em constante movimento, um verdadeiro espaço produtor de solidariedade. Envolve também práticas sociais, políticas e técnicas, em que surgem permanentemente informações, transformações e modernizações (SANTOS, 2002).

O entendimento de territorialidade pode ser considerado sinônimo de cultura. A cultura é resultado das relações sociais, assim como a territorialidade é resultado das relações estabelecidas entre o homem e o seu meio (SANTOS, 2002).

Hoje, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, a ampliação do mercado mundial, o crescimento das mobilidades e a generalização acelerada do urbano alteram completamente os territórios, as sociedades e o ordenamento espacial, e por consequência, o modo de vida dos indivíduos (SEGAUD, 2016). No entanto, ao mesmo tempo em que a globalização da economia constituiu a sociedade multicultural, as identidades também conservam espaços singulares. Nesse sentido, ocorre a valorização da cultura local diante da propagação da cultura de massa (SANTOS, 2002).



Nossas práticas cotidianas fundam nossa relação com o espaço. As mudanças das formas espaciais frequentemente estão associadas às mudanças das formas sociais. Na atualidade, a globalização apresenta um duplo aspecto, ao territorializar reforça o local e ao mesmo tempo o desterritorializa criando uma mobilidade generalizada. Assim a ancoragem ao território torna-se menos clara e torna-se necessário entender essas novas formas de espacialidade nesses contextos interculturais (SEGAUD, 2016).

A multiplicidade de situações regionais trazidas pela globalização gera uma variedade de especificidades de cotidianos de vida. Ao mesmo tempo em que essa conecta as pessoas a novas tecnologias de informação, também potencializa os processos de exclusão social dos cidadãos, constituindo-se a formação de um espaço esquizofrênico. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas dependerá de soluções buscadas localmente (SANTOS, 2008).

## **2.4 SUJEITOS POLÍTICOS, APROPRIAÇÃO SOCIAL E PERTENCIMENTO**

O espaço pessoal propõe noções de territorialidade e de comportamentos de dominação. Singularizar o espaço é construí-lo conforme sentimentos e culturas pessoais. Para muitos psicólogos o espaço é estudado como um componente imprescindível da personalidade. A apropriação de um espaço representa um exercício de poder sobre esse. Está vinculada à territorialidade, à proximidade, ao privado (SEGAUD, 2016).

A identidade de lugar envolve a relação entre a identidade do eu com as dimensões de lugar e espaço. Na visão de Segaud (2016), a apropriação do espaço envolve um conjunto de práticas que permite identificar o lugar, numa simbolização da vida social que ali ocorre. Implica duração e continuidade, em uma dimensão temporal.

A apropriação do espaço envolve e depende da sociedade como um todo. Devolve ao habitante um papel ativo no espaço urbano e doméstico. É analisada como um processo, como o desenvolvimento simbólico e material de práticas num espaço circunscrito e culturalmente definido. Apropriar-se do espaço é estabelecer uma relação entre o eu e esse espaço por meio de um conjunto de práticas. Refere-se a atribuir uma significação a esse lugar. É um processo através de um conjunto de ações que variam conforme as épocas, pessoas e sociedades. Pode estar associado a rituais que auxiliam na atribuição de um novo significado a esse lugar (SEGAUD, 2016).

A separação entre espaço público e privado nem sempre existiu. É uma tendência cada vez mais generalizada como uma das consequências da urbanização. Assim, o espaço público muitas vezes é ocupado como forma de privatização do espaço, como marca de apropriação não programada, formas de resistência.





Segundo Evans-Pritchard, o espaço encontra-se dividido em diferentes segmentos organizados de acordo com diferentes valores. A distância entre dois grupos de pessoas depende do valor convocado no momento e do contexto. Assim, a ideia de pertença e não pertença são estruturalmente relativas (EVANS-PRITCHARD, 1994 apud SILVANO, 2010)

Fundar significa atribuir qualidades a um espaço, relacionar o lugar com o universo. É uma ação voluntária realizada por autoridade reconhecida que decide uma implantação. Significa ainda pedir permissão para se estabelecer em algum lugar. A fundação seria a resposta a essa autorização. Após fundado, o lugar torna-se ao mesmo tempo produto e produtor de simbologia e sociabilidade (SEGAUD, 2016).

Nomear o espaço significa apropriar-se dele, dar sentido a ele, produzi-lo de certo modo. É reiterar uma significação amplamente compartilhada. As palavras servem para qualificar o espaço assim como os objetos. Podem indicar uma função, um tipo de atividade ou relação social tanto explicitamente quanto através de superposição de várias camadas de significações, resultando uma ou várias finalidades possíveis (SEGAUD, 2016).

As esferas sociais e espaciais contribuem juntas para estruturar o espaço. A distribuição dos indivíduos na cidade trata de fenômenos espontâneos ou voluntários de repartição de indivíduos semelhantes no espaço que podem resultar na agregação ou concentração. É uma divisão social do espaço urbano que origina a segregação. A cidade pode ser entendida como formada por divisões territoriais que designam setores com características específicas.

Essas divisões espontâneas ou forçadas servem de instrumentos aos poderes vigentes conforme as épocas e contextos. A modernidade mudou a organização espacial das sociedades, tornando-a muito mais complexa. A generalização do urbano ocasiona um aparente apagamento das diferenças culturais e inscreve no espaço novas relações, que parecem mais uniformes, e também mais confusas.

Entender a representação do espaço é importante para a compreensão das estruturas e efeitos das estruturas organizadas nos territórios. Na visão de Segaud (2016), mudar o espaço de maneira voluntária é uma arma que manifesta o desejo de impor uma nova ordem. Demonstra o poder de coerção da dimensão espacial.

Vê-se na educação a possibilidade de emancipação humana para superar as diferentes formas de opressão e dominação existentes na sociedade contemporânea, marcada por políticas neoliberais e excludentes. Com sua crítica à educação bancária, Paulo Freire (2001) sugere a importância de mudança nas práticas e políticas educacionais para uma educação libertadora. Problematizar é exercer análise crítica sobre a realidade das relações entre o ser humano e o mundo.



O que possibilita a existência humana é o desenvolvimento da apreensão crítica da realidade. Assim a proposta de uma educação libertadora, incentivando o diálogo democrático nos diferentes espaços de vivências e de aprendizagens, convida os educandos, e os indivíduos, a refletirem criticamente sobre a realidade. Os indivíduos passam a compreender-se enquanto sujeitos políticos (FREIRE, 2001).

## 2.5 A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC)

A Região Metropolitana de Curitiba foi criada em 1973 envolvendo 14 municípios. Ampliou-se no ano de 2000 com a inserção de municípios vizinhos de pequeno porte e desmembramento dos municípios originais. É uma das regiões metropolitanas com crescimento populacional mais expressivo no Brasil (MOURA; KORNIN, 2009).

Constituída atualmente por 29 municípios, a RMC tem na capital paranaense seu núcleo. Esse se destaca pelo tamanho populacional, funções, porte econômico e pelo importante papel na rede urbana brasileira. A região se configura como a espacialidade mais concentradora de economia e de população no estado do Paraná, e muitos de seus municípios crescem mais que a média estadual, sendo que o dinamismo da aglomeração se estende sobre áreas cada vez mais distantes do seu núcleo (KORNIN; CARMO, 2013).

Na década de 1970 quando começou o extravasamento do polo metropolitano por sobre os municípios limítrofes, as áreas fronteiriças foram as que mais cresceram. Porções dos municípios de Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara, Araucária e Campo Largo passaram a formar a mancha urbana (MOURA; KORNIN, 2009).

Na análise da população, é possível dividir em duas fases as causas do incremento populacional da RMC. Nos anos 1970 e 1980 o crescimento populacional ocorreu devido à elevada migração ocasionada pelo movimento geral de metropolização do país. A partir da década de 1990, a construção de uma imagem “ecológica” da cidade de Curitiba por meio do *marketing* urbano, combinado com a atração de investimentos, possibilitou o incremento populacional da região (KORNIN; CARMO, 2013).

Nos anos 2000 a RMC já apresentava uma extensa mancha contínua de ocupação, incorporando também municípios mais distantes além das sedes municipais da maioria dos municípios vizinhos. Intervenções urbanísticas e controle da administração municipal associados ao planejamento urbano de Curitiba valorizaram o solo e contiveram os efeitos negativos da ocupação no interior do município. A lógica do mercado passou a explorar a aquisição de moradias em municípios vizinhos, contando com legislações flexíveis e oferta de terras em áreas de mananciais.



A existência de um sistema de transporte coletivo ligando o polo com o entorno em vários eixos estruturais contribuiu ainda mais para o surgimento das cidades dormitórias na região metropolitana. Com arrecadação financeira insignificante, essas cidades não conseguem realizar o atendimento da demanda crescente que passa a habitá-las (MOURA; KORNIN, 2009).

Apesar do dinamismo e concentração econômica, a proximidade e a inclusão na região metropolitana não foram suficientes para diminuir a distância socioeconômica que separa o polo dos demais municípios. Ainda que estejam melhorando seus índices, os municípios não conseguem superar a distância qualitativa que possuem em relação à Curitiba (KORNIN; CARMO, 2013).

Há uma estreita relação entre municípios onde estão as principais ocupações e aqueles com maior crescimento populacional. Relaciona-se ainda a esse contexto a ocupação desordenada do aglomerado metropolitano. Ao sair do privilegiado núcleo central não se observa práticas de planejamento que organizem a ocupação do espaço. Ao contrário observa-se a disseminação de formas precárias de moradias, que expressam os problemas sociais locais. Assim, uma mesma área pode revelar a convivência de classes sociais distintas que se apropriam de maneira também distinta desse espaço (FIRKOWSKI, 2009).

No Brasil, o pacto federativo resultante da Constituição Federal de 1988 não contribuiu para diminuir as falhas no processo de planejamento e formulação de políticas de cunho metropolitano. O reforço à esfera local e sua relação direta com a União fragilizaram o papel coordenador da escala estadual. A escala regional, por sua vez, institucionalmente inexistente na estrutura do Estado brasileiro, aparece em pequenas práticas focalizadas de eficácia e impacto restritos (KORNIN; CARMO, 2013).

Num contexto globalizado, Curitiba tem por resultado o aprofundamento das contradições urbanas e o surgimento de temporalidades distintas em uma mesma cidade. Piraquara, São Jose dos Pinhais e Almirante Tamandaré são os responsáveis pelo maior crescimento populacional residente em ocupações irregulares no aglomerado metropolitano, justamente onde estão os principais mananciais de abastecimento de água. São comuns nesses espaços, dentre outras carências, características que nada lembram a capital ecológica Curitiba, como valetas a céu aberto, ligações clandestinas de luz, ruas sem projeto ou pavimentação (FIRKOWSKI, 2009).

Conhecida como a “Cidade dos Minérios” e pela presença de aquíferos, Almirante Tamandaré localiza-se a uma distância de 15 km da capital Curitiba e assim grande parte de seus habitantes apenas reside na cidade, desfavorecendo a circulação de renda local. Tais fatores contribuem ao cenário de desigualdades sociais observado na cidade, onde parcela significativa da população vive em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com o caderno do IPARDES de julho de 2019, sua população estimada em 2018



era de 117.168 habitantes e a renda domiciliar per capita média, de R\$ 629,58. O índice IPARDES de desempenho municipal na área de emprego, renda e produção agropecuária no ano de 2015 foi de 0,3960, classificado como de baixo desempenho, e por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do ano de 2010 foi de 0,699, classificado como médio.

Esse contexto justifica o fato de o município ser considerado um dos componentes do G100, grupo que reúne as 100 cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e maior vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, enfatiza a necessidade de formulação de políticas públicas que dialoguem com a realidade local visando ao desenvolvimento sustentável e à promoção de melhoria da qualidade de vida da população.

## **2.6 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TERRITÓRIOS DOS SABERES: EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, PARANÁ**

Esta subseção apresentará o objeto empírico deste estudo, pretendendo-se descrever a organização das políticas educacionais no município de Almirante Tamandaré após o ano de 2017, quando passam a considerar em seu planejamento uma perspectiva territorial. Para isso serão descritos os principais pontos observados e vivenciados em tal dinâmica enquanto servidora pública atuante no contexto estudado. Destaca-se que todo o processo que será descrito foi planejado, coordenado e implementado pelos gestores que assumiram a SMEC do município, em janeiro de 2017, e que permanecem nessa função até o momento.

Ao assumirem a gestão da rede municipal de ensino da SMEC no início do ano de 2017, os atuais gestores coordenaram o desafio de provocar a reflexão na comunidade sobre a importância de se voltar a atenção ao território que ocupam, em uma dinâmica que visava proporcionar uma educação integral aos seus educandos. Para isso, inicialmente foram envolvidos apenas os servidores da própria SMEC para pensar e conversar sobre identidade e o território, alinhando-se o discurso interno entre todos.

Posteriormente foi promovido o diálogo entre as Escolas Municipais e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) do município. Ou seja, promoveu-se o diálogo entre as gestoras do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental, que historicamente não dialogavam, pois, as reuniões e capacitações costumavam ocorrer de forma setORIZADA de acordo com as suas modalidades de ensino.

Um próximo passo foi propiciar o fortalecimento das duplas gestoras, coordenadoras pedagógicas e gestoras (diretoras), de uma mesma unidade educacional. Assim possibilitou-se uma



maior integração e alinhamento das práticas e reflexões entre os distintos atores que executam as políticas educacionais com as questões territoriais no município.

Destaca-se, portanto, que essa não foi uma política implementada verticalmente. Pelo contrário, apesar de promovida pelos atuais gestores da SMEC, foi resultado de ampla discussão e construção coletiva entre os distintos atores envolvidos. Para isto, foi necessário a criação da ideia de identidade com todos os atores e o início de uma nova organização que possibilitaria ao educando conhecer as potencialidades do seu território.

Para a operacionalização de uma educação que visa ao desenvolvimento do educando em uma perspectiva integral, considerar os saberes populares e comunitários no projeto pedagógico é essencial. Tornou-se indispensável fortalecer o vínculo da escola com o território e a comunidade a qual pertence.

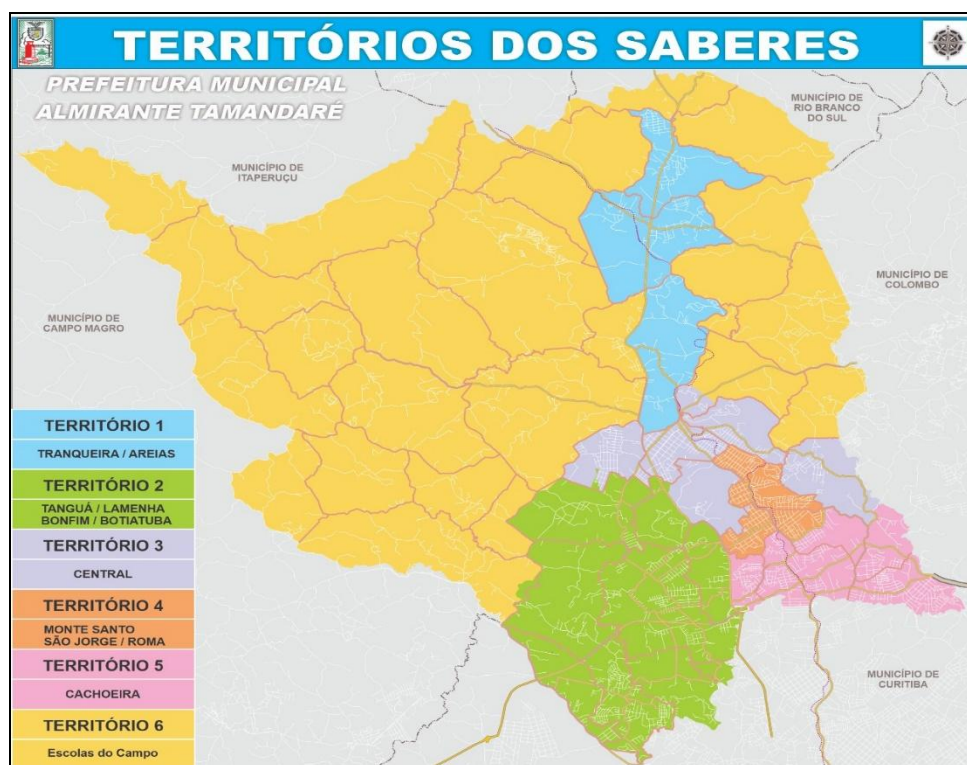
Para isso, entendendo a importância da construção de redes que objetivem o desenvolvimento integral dos sujeitos e compreendendo o território enquanto espaço privilegiado de aprendizagens, os atuais gestores da SMEC identificaram a necessidade de construir um plano educativo local capaz de operacionalizar a política de educação integral no território, articulando toda a sociedade. A compreensão da necessidade de repensar o território, a educação e a cultura local torna-se essencial à recuperação e promoção da cidadania.

Assim, no ano de 2017, as políticas educacionais municipais em Almirante Tamandaré foram reorganizadas pelos atuais gestores da SMEC em uma nova perspectiva territorial, dando origem aos seis territórios educativos ilustrados na figura 1, que viriam a ser chamados posteriormente de Territórios dos Saberes.

Os critérios utilizados nessa reorganização espacial foram muito além dos aspectos geográficos de proximidade. Já haviam sido estudados e organizados pelos atuais gestores da SMEC, antes mesmo de assumirem a gestão, por meio de um trabalho que coordenaram na Organização não-governamental (ONG) em que atuavam. Para isto, eles realizaram uma ampla pesquisa sobre o início das distintas formas de ocupação dos territórios do município de acordo com os distintos fluxos migratórios, sendo os principais observados: a geada, a atração pelo marketing da cidade modelo de Curitiba e o *boom* da construção civil ocasionado pelo Programa Minha Casa Minha Vida.



**Figura 1:** Organização Espacial do Município de Almirante Tamandaré no ano de 2017.



Fonte: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré (2019).

Além dos fluxos migratórios eles analisaram ainda, a chegada de serviços públicos, a organização das redes de deslocamento, os cruzamentos das zonas de serviço do entorno e as linhas de transporte disponíveis que levaram ao povoamento dos diferentes bairros em diferentes momentos. Foram critérios também importantes na organização dos territórios a economia e a ocupação do espaço pelos diferentes poderes, não apenas o governamental, mas também o poder do tráfico de drogas ou das organizações das igrejas presentes em cada território.

Esses seis territórios foram, portanto, organizados com critérios que consideraram além de aspectos geográficos, também aspectos culturais, históricos, migratórios, econômicos, de mobilidade urbana, bem como a organização dos diferentes poderes que influenciam de distintas formas esses territórios. Todos esses critérios foram adotados visando identificar similaridades identitárias entre os grupos populacionais do município que permitissem o agrupamento em distintos territórios de acordo com suas especificidades.

Destaca-se que apenas um destes seis territórios foi organizado com um distinto critério principal, agrupando-se nesse as unidades educacionais com a modalidade de ensino de educação do campo. Assim foram desconsiderados, inicialmente, os demais critérios elencados, visando-se desta forma promover o fortalecimento desta modalidade específica de ensino. No entanto, posteriormente, tal escolha foi repensada conforme descreveremos na sequência.



Observa-se que as migrações populacionais deslocaram fluxos importantes em busca de melhores condições de vida, ocasionando choque de civilizações que levaram a transformações identitárias. Destaca-se como um desses impactos observados no município o aumento da violência, caracterizado pelos conflitos gerados pela chegada de um novo grupo populacional não pertencente ao território local, resultante como um dos efeitos do fenômeno da metropolização.

Além do planejamento e da reorganização espacial, os novos gestores da SMEC propuseram a reflexão sobre a importância do papel da escola nesse espaço. Essa passa a ser compreendida enquanto lugar onde ocorre a mediação de todas as relações de poderes para a pactuação de um projeto futuro de sociedade.

Promoveram ainda uma maior integração da escola com o território em que se situam, compreendendo que o educando é educado também fora da escola, com distintos saberes que adquirem de acordo com os vários poderes que organizam seus territórios. Ao abrirem a escola à comunidade, propiciaram novas oportunidades pedagógicas que consideram também a existência, além do saber científico, destes novos saberes da comunidade.

Ao compreender que nomear um espaço proporciona uma maior apropriação dele pelas pessoas que o habitam, os atuais gestores da SMEC propuseram a renomeação das Escolas e CMEIs do município, que passaram a ser chamadas de unidades educacionais. A nova nomenclatura foi escolhida visando melhor representar a responsabilidade das mesmas pela mediação de todos os conhecimentos e poderes dentro de um território. Nessa mesma perspectiva, os territórios também foram nomeados, com números de 1 a 6. Tal nomenclatura foi democraticamente eleita em reunião com distintos representantes que participavam do debate sobre a reorganização espacial do município.

Com essa nova reorganização espacial, as reuniões da SMEC começaram a ocorrer por territórios, visando assim a maior integração das unidades educacionais pertencentes a esses territórios, e não mais de forma generalizada, separada apenas por modalidades de ensino como ocorriam em anos anteriores. No entanto, os atuais gestores da SMEC perceberam que essas reuniões coincidiam com as reuniões da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do município e que havia então uma possibilidade de se ampliar a integração dos equipamentos públicos em um mesmo território.

Após a realização de reuniões intersetoriais, envolvendo as Secretarias Municipais da Família e Assistência Social e da Saúde no ano de 2018, realizou-se o cruzamento destes serviços e um realinhamento das reuniões da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do município, de acordo com a organização dos Territórios dos Saberes, envolvendo os demais serviços do território

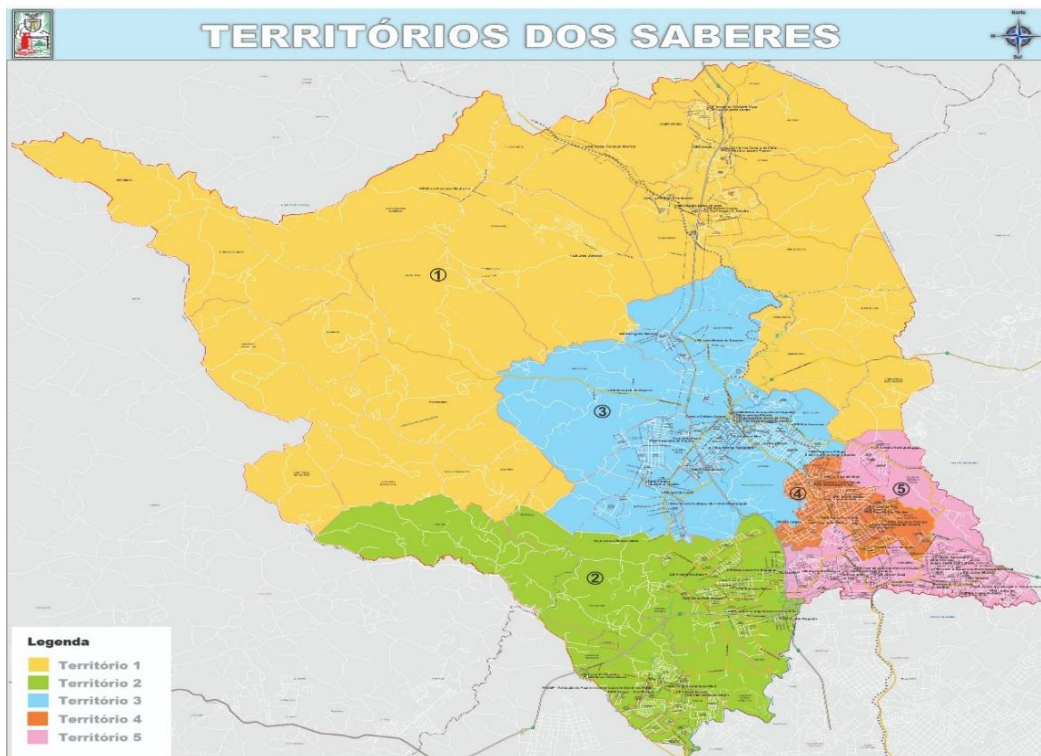


na reflexão sobre a importância da consideração da espacialidade no planejamento de políticas públicas locais.

Transpondo essa reflexão ao educando da rede de ensino municipal, atentou-se assim ao fato de que ele é o mesmo paciente da unidade de saúde ou a mesma criança atendida pelos Centros de Referências de Assistência Social na cidade. Por isso, a necessidade de promover o diálogo entre essas distintas estruturas públicas, situadas dentro de um mesmo território.

Ainda no ano de 2018, os atuais gestores da SMEC identificaram a necessidade de uma reorganização da divisão territorial do município que passou a conter apenas cinco Territórios dos Saberes, conforme demonstrado na figura 2. Tal adequação foi necessária para integrar em outros territórios a área do campo que antes compunha um território único, separado enquanto modalidade de ensino do campo. Essa necessidade foi identificada pelos gestores da SMEC que observaram que a lógica de relações de cada uma dessas unidades do campo ocorria em um território diferente, redistribuindo-as adequadamente. Além disso, algumas outras unidades educacionais também foram reorganizadas em outros territórios, ao se considerar as vias de transporte utilizadas pela sua população que a integravam em um território distinto daquele que geograficamente parecia, inicialmente, mais próximo.

**Figura 2:** Organização Espacial do Município de Almirante Tamandaré no ano de 2018.



Fonte: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré (2019).





Essa divisão permanece sendo utilizada atualmente, organizando as políticas educacionais municipais. Como resultados já se percebe, apesar do curto espaço de tempo, uma maior integração do processo educacional no município com maior envolvimento da sociedade civil e maior integração dos distintos saberes locais ao processo de aprendizagem do educando.

Também se observa que as capacitações ofertadas pela SMEC passaram a envolver a todos os servidores municipais atuantes na educação, que indiferente do cargo ocupado, recebem iguais treinamentos e orientações. Isso demonstra a compreensão da gestão municipal do papel relevante que todos os servidores possuem enquanto educadores de distintos saberes que contribuem ao desenvolvimento integral dos educandos.

Para os atuais gestores da SMEC a estratégia dos Territórios dos Saberes pretende, mesmo que demande tempo, a criação de uma identidade tamandareense aos educandos, gerando o sentimento de pertencimento local e rompendo assim com o drama do sonho da capital. Para isso defendem que o currículo precisa ser construído coletivamente, de forma democrática e alinhada ao território e à comunidade local. Esse é um dos propósitos da fase atual das políticas educacionais do município, o projeto da Caravana da Educação.

Nesse projeto os servidores da SMEC estão se deslocando inicialmente ao Território 1, o primeiro elencado para esta ação, pretendendo-se ampliar a mobilização social local e a discussão curricular, promovendo o diálogo com o território e a comunidade local. Entende-se que o projeto de sociedade que passará pela unidade educacional por meio do currículo tem de ser pactuado com o coletivo.

Destaca-se que, para os atuais gestores da SMEC, uma das motivações para a implementação de tal reorganização do processo educacional em uma perspectiva territorial foi proporcionar o entendimento da educação além do saber científico, enquanto educadora e fomentadora de um projeto de sociedade, que visa à garantia dos direitos de sua população. Assim, ao entender o sujeito como detentor de direitos e articulado ao território que vivencia, não havia outra possibilidade além de planejar as políticas educacionais respeitando-se a questão espacial e territorial. Os atuais gestores da SMEC consideram a educação com um papel estratégico para repensar as políticas públicas. Como uma grande provocadora de uma nova política, de uma nova educação da cidade para um novo projeto de sociedade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou compreender a importância da consideração das questões espaciais no planejamento de políticas públicas voltadas a população local. Por meio do exemplo apresentado do



município de Almirante Tamandaré, no Paraná, observou-se que ao considerar as especificidades territoriais nas políticas educacionais municipais possibilitou-se maior integração das unidades educacionais com a comunidade local.

Assim, ao educando torna-se possível a garantia da promoção de seu desenvolvimento integral, ao se considerar o território enquanto espaço privilegiado de aprendizagens, não se limitando apenas à oferta da educação escolar formal. Nessa dinâmica, a Educação Integral considera a importância do diálogo das unidades educacionais com o território visando-se gerar, a longo prazo, uma relação de identidade e de pertencimento local ao cidadão tamandareense.

Observou-se que a organização territorial é um processo dinâmico e por isso poderá sofrer modificações constantemente. Assim, destaca-se a importância de estudos futuros que visem acompanhar as próximas ações envolvendo as políticas educacionais do município estudado e os resultados obtidos com elas, avaliando-se a proximidade dos resultados com as expectativas geradas nessa fase inicial de planejamento.

Percebe-se, por fim, a fundamental importância do planejamento de políticas públicas de forma transversal e que possibilitem o diálogo com os territórios aos quais pertencem. Cabe destacar que a decisão pela reorientação da educação em prol de uma maior qualidade é política. Ao se considerar as noções de territórios como elementos centrais na formulação de políticas públicas, tende-se a conseguir resultados mais efetivos para a população a que se destinam, promovendo a cidadania, a construção de uma identidade local à sua população e a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Felipe; GOULART, Beatriz. Prêmio Territórios Educativos: Iluminando experiências na educação que ativam territórios por meio da cultura. In: AMARAL, Lilian; ROCHA, Cleomar (Orgs.) **Patrimônios Possíveis: Arte, Rede e Narrativas da Memória em Contexto Iberoamericano**. Goiânia: Gráfica UFG, 2017. p. 32-40. Disponível em: <[https://patrimonios-possiveis.medialab.ufg.br/03\\_felipe\\_arruda.html](https://patrimonios-possiveis.medialab.ufg.br/03_felipe_arruda.html)>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: Algumas considerações. In: SANTOS, Milton (org). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de F. Considerações sobre o grau de integração da Região Metropolitana de Curitiba na Economia Internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de (Orgs.). **Dinâmicas Intrametropolitanas e Produção do Espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.



IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Almirante Tamandare. **IPARDES**, Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83500&btOk=ok>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

KORNIN, Thaís; CARMO, Julio Cesar Botega do. O arranjo institucional de gestão na Região Metropolitana de Curitiba. In: COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (Orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. p. 87–103

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MOURA, Rosa; KORNIN, Thaís. A Internacionalização da Metrôpole e dos Direitos Humanos. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSIKI, Olga Lucia C. de (Orgs.). **Dinâmicas Intrametropolitanas e Produção do Espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

PATRICIO NETTO, Bernardo; RISSETE, Cezar; PUPPI E SILVA, Heloisa; FARAH JUNIOR, Moises Francisco. Instrumentos de gestão pública. In: SILVA, Christian Luiz da; LIMA, José Edmilson de Souza (Orgs.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 69-92.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: USP, 2006

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SEGAUD, Marion. **Antropologia do Espaço: habitar, fundar, distribuir, trans-formar**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SILVANO, Filomena. **Antropologia do Espaço**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2010.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antônio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 14, n. 2, nov. 2012, p. 55-69. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101/3999>>. Acesso em: 03 jul. 2019.